REDAÇÃO FINAL PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 117-B, DE 2003

Modifica os arts. 7º e 188 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, estabelecendo a obrigatoriedade de votação pelo sistema eletrônico para escolha dos membros da Mesa Diretora e demais eleições.

A CÂMARA DOS DEPUTADOS resolve:

Art. 1º Os arts. 7º e 188 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A eleição dos membros da Mesa far-se-á em votação por escrutínio secreto e pelo sistema eletrônico, exigida maioria absoluta de votos, em primeiro escrutínio, e maioria simples, em segundo escrutínio, presente a maioria absoluta dos Deputados, observadas as seguintes exigências e formalidades:

- I registro, perante a Mesa, individualmente ou por chapa, de candidatos previamente escolhidos pelas bancadas dos Partidos ou Blocos Parlamentares aos cargos que, de acordo com o princípio da representação proporcional, tenham sido distribuídos a esses Partidos ou Blocos Parlamentares;
- II chamada dos Deputados para a votação;
- III realização de segundo escrutínio, com os 2 (dois) mais votados para cada cargo,

quando, no primeiro, não se alcançar maioria absoluta:

IV - eleição do candidato mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas, em caso de empate;

V - proclamação pelo Presidente do resultado final e posse imediata dos eleitos.

Parágrafo único. No caso de avaria do sistema eletrônico de votação, far-se-á a eleição por cédulas, observados os incisos II a V do caput deste artigo e as seguintes exigências:

- I cédulas impressas ou datilografadas, contendo cada uma somente o nome do votado e
 o cargo a que concorre, embora seja um só o ato
 de votação para todos os cargos, ou chapa completa, desde que decorrente de acordo partidário;
- II colocação, em cabina indevassável,
 das cédulas em sobrecartas que resguardem o sigilo do voto;
- III colocação das sobrecartas em 4
 (quatro) urnas, à vista do Plenário, 2 (duas)
 destinadas à eleição do Presidente e as outras 2
 (duas) à eleição dos demais membros da Mesa;
- IV acompanhamento dos trabalhos de apuração, na Mesa, por 2 (dois) ou mais Deputados indicados à Presidência por Partidos ou Blocos Parlamentares diferentes e por candidatos avulsos;
- V o Secretário designado pelo Presidente retirará as sobrecartas das urnas, em primeiro lugar as destinadas à eleição do Presiden-

te; contá-las-á e, verificada a coincidência do seu número com o dos votantes, do que será cientificado o Plenário, abri-las-á e separará as cédulas pelos cargos a preencher;

VI - leitura pelo Presidente dos nomes dos votados;

VII - proclamação dos votos, em voz alta, por um Secretário e sua anotação por 2 (dois) outros, à medida que apurados;

VIII - invalidação da cédula que não atenda ao disposto no inciso I deste parágrafo;

IX - redação pelo Secretário e leitura
pelo Presidente do resultado de cada eleição, na
ordem decrescente dos votados."(NR)

"Art.	188	• • • • • • • • • •	• • • • • • • • • •
• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •			

III - para eleição do Presidente e demais membros da Mesa Diretora, do Presidente e
Vice-Presidentes de Comissões Permanentes e Temporárias, dos membros da Câmara que irão compor a
Comissão Representativa do Congresso Nacional e
dos 2 (dois) cidadãos que irão integrar o Conselho da República e nas demais eleições;

IV - no caso de pronunciamento sobre a perda de mandato de Deputado ou suspensão das imunidades constitucionais dos membros da Casa durante o estado de sítio.

§ 1º A votação por escrutínio secreto far-se-á mediante cédula, impressa ou datilogra-fada, recolhida em urna à vista do Plenário,

quando o sistema eletrônico de votação não estiver funcionando.

I - (revogado);

II - (revogado);

III - (revogado).

..... "(NR)

Art. 2º Enquanto não houver condições técnicas para a eleição do Presidente e Vice-Presidentes de Comissões Permanentes e Temporárias, pelo sistema eletrônico, aplicar-se-á o disposto no § 1º do art. 188 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 3º Revogam-se os incisos I, II e III do § 1º do art. 188 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 30 de novembro de 2006.

Relator